OS DESAFIOS DO TRABALHO COM INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CLAUDILENE DE JESUS SILVA

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de trazer a luz um assunto bastante relevante no cenário educacional, o processo de inclusão na educação infantil a partir das práticas pedagógicas atuais. Tendo em vista o crescente número de crianças com necessidades especiais ingressando em turmas regulares na educação infantil, a instituição precisa estar pronta para recebê-las, não apenas quanto á acessibilidade, mas também em relação ao aprimoramento da formação dos professores e demais membros da comunidade escola. A fim de garantir que, a sala de aula possa ser o lugar no qual a prática desenvolvida no dia a dia promova de fato a inclusão. Tendo conhecimento das dificuldades encontradas nas escolas para que a inclusão seja efetiva como por exemplo a falta de material específico, a ausência de formação, entre outros fatores. Por isso, busca-se, por meio dessa discussão embasada em pensamentos teóricos voltados a esse tema, analisar os desafios e as possibilidades que podemos encontrar através da prática, a fim de refletir, em busca de caminhos para fomentar a promoção de uma inclusão efetiva e verdadeira, promovendo uma educação de qualidade e respeitando a especificidades de cada um.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Inclusão; Desafios; Formação docente.

ABSTRACT

This article aims to bring to light a truly relevant subject in the educational scenario, the process of inclusion in early childhood education based on current pedagogical practices. In view of the growing number of children with special needs entering regular classes in early childhood education, the institution needs to be ready to receive them, not only in terms of accessibility, but also in terms of improving the training of teachers and other members of the community. school. To ensure that the classroom can be the place where the practice developed daily actually promotes inclusion. Having knowledge of the difficulties encountered in schools for inclusion to be effective, such as the lack of specific material, lack of training, among other factors. Therefore, through this discussion based on theoretical thoughts focused on this theme, we seek to analyze the challenges and possibilities that we can find through practice, to reflect, in search of ways to foster the promotion of effective inclusion and true, promoting a quality education and respecting the specificities of each one.

KEYWORDS: Early Childhood Education; Inclusion; Challenges; Teacher training.

INTRODUÇÃO

Observa-se um aumento no número de crianças que necessitam de atendimento especial ingressando nas classes regulares nas instituições de Educação Infantil. Essa estatística foi motivada pelo resultado do movimento que reivindicava a inclusão desses estudantes nas salares regulares, como mostra Biaggio (2007). Esse crescimento não é ocasional, mas resultado da mobilização de toda a sociedade, em especial dos familiares dos estudantes que possuem necessidades especiais e precisam estar na escola como qualquer outra criança.

Sob essa ótica a Declaração de Salamanca que ocorreu em 1994, reafirmou o direito das crianças e adolescentes com necessidades especiais a frequentar a escola regular sem qualquer forma de discriminação. No Brasil, por meio da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1998, o direito foi consolidado no art. 58, dizendo que "entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Durante a elaboração da Declaração de Guatemala em 1999, como afirma Drago (1999, p. 65), estabeleceu-se que "tem como princípio a garantia de que os governos assumiriam o compromisso de se adequarem as instalações que facilitem o transporte, a comunicação e o acesso público às pessoas com necessidades especiais". Assim, as crianças e adolescentes com qualquer tipo de necessidades especiais conquistaram o direito de frequentarem de forma inclusiva as instituições de ensino regulares, fato esse que elevou a demanda de procura por vagas.

Com o crescimento da demanda foi necessário que as escolas se preparassem para receber esse novo público, tanto nos aspectos relacionados a acessibilidade como na formação dos profissionais da educação e demais membros da comunidade escolar.

Por mais que tudo isso esteja devidamente documentado e aprovado, o que se observa em grande parte das instituições é um enorme despreparo, tanto na estrutura física quanto na formação dos profissionais da educação. Essa constatação torna-se mais evidente nas instituições voltada a educação Infantil, isso ocorre, pois, na maioria das vezes as crianças que apresentam sinais que podem resultar em diagnóstico voltado a necessidade especial não consegue o aten-

dimento necessário em tempo hábil, postergando o diagnóstico. Outro ponto que tende a dificultar esse diagnóstico é a resistência dos responsáveis que tendem a não o aceitar esse fato.

Frente a esses desafios, se faz necessário que os profissionais da educação, busquem se atualizar, a fim de possibilitar e promover a inclusão de forma efetiva, e garantir que o direito dessas crianças seja cumprido e respeitado, como estabelece o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 36): "O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças".

Sendo assim, este artigo quer discutir os principais desafios e as possibilidades que permeiam o processo de inclusão nas instituições regulares de Educação Infantil, a fim de identificar por meio das diversas prática pedagógica, caminhos para que essa inclusão aconteça.

Pretende-se estabelecer diálogo com base das opiniões e conclusões de estudiosos que se debruçaram sobre essa temática, a metodologia de pesquisa bibliográfica foi escolhida para o desenvolvimento desse trabalho o que permite uma visão ampliada da questão aqui abordada.

Buscou-se desenvolver o texto em tópicos relevantes para uma análise reflexiva sobre o processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, por meio do diálogo entre teoria e as práticas pedagógicas que devem se abordadas.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Com o passar do tempo as propostas voltadas a implementação da Educação Especial no Brasil enfrentou vários processos e transformações, e foi construída separadamente do ensino oferecido para pessoas que não apresentavam necessidades especiais, como afirma Kassar (2011, p. 2): "esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos".

No período denominado República Velha, em meados de 1889, a Educação Especial começa a ser desenhada no Brasil, por influência da Europa, sendo constada a partir de diagnósticos médicos especializados. Mas, até então as pessoas com necessidades especiais não tinham acesso à escola e eram consideradas incapazes, segundo a Legislação vigente à época.

O que na época foi considerado como anormalidade ou necessidade especial pode ser identificada nos registos médicos da época e na legislação educacional que negava a essa população o acesso à escolarização ou à instrução nas instituições de ensino regulares.

Decretos de encontrados em diferentes estados comprovam essa posição, como o decreto-lei nº. 7970 de 1927, de Minas Gerais, que dispensa de frequência às aulas, entre outros motivos, crianças com "incapacidade física ou mental" e indigentes, "enquanto não se fornecer, pelos meios de assistência [...], o vestuário indispensável à decência e à higiene" (apud PEIXOTO, 1981).

A deficiência no âmbito educacional, começou a ganhar destaque à partir do Decreto n. 5.884, instituído pelo Código de Educação da Cidade de São Paulo 1933, quando normatizou sua "Educação Especializada", entendeu como parte de seu alunado os "débeis físicos", "débeis mentais", "doentes contagiosos", "cegos", "surdos- mudos" e os "delinquentes" (BRASIL, 1933).

Até então ainda não havia avanços significativos na questão da Educação Especial, e seguia-se limitando o acesso de pessoas com necessidades especiais à educação. A partir da década de 60, por meio da Conferência Geral organizada pela UNESCO, inicia-se a luta contra a discriminação no âmbito escolar, a fim de garantir o acesso universal a escola afirmando o seguinte:

A discriminação no campo do ensino constitui violação dos direitos enunciados nesta Declaração. Considerando que nos termos de sua Constituição, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura se propõe a instituir a colaboração entre as nações para assegurar a todos o respeito universal dos direitos do homem e oportunidades igual de educação. (UNESCO, 1960, p. 1)

Assim, a Conferência da UNESCO 1960 passou a ser o caminho para que um ano após sua realização, a LDB, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passasse a garantir o acesso de pessoas "excepcionais" ao ensino, como é possível ler no Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Ainda assim o texto geral prevê também que: caso haja a necessidade devem ser criados espaços especializados para esses atendimentos, como nos diz Mantoan (2017):

Entende-se que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadrasse no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem. (MANTOAN, 2017)

Com o passar tempo, a luta em favor da Educação Especial em ambiente regular

foi ganhando força, até aparecer na Constituição de 1988, através do art. 208, inciso III, onde se lê: "O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", considerando a importância da inclusão nas escolas regulares". Assim isso iniciava-se processo de inclusão propriamente dito em escolas regulares.

Registrou-se também na Declaração de Salamanca de 1994, o direito à Educação para as pessoas com necessidades especiais, assim o movimento foi tornando-se cada vez mais sólido, e garantiu-se que "qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados" (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que foi instituída em 1996, reafirma em seus artigos 58, 59 e 60, o acesso de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares através de regimento, para que a inclusão aconteça.

Mesmo com o avanço em termos legislativo, no cotidiano escolar é possível notar que existem inúmeros a serem superados para que essa inclusão realmente aconteça, especialmente quando se trata de escolas de Educação Infantil. Essa realidade nos traz a reflexão sobre os desafios encontrados pelos profissionais da educação na lida com esses processos de inclusão nas instituições Educação Infantil.

OS PRINCIPAIS DESAFIOS ATUAIS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quando se fala em Educação Infantil nos referimos a etapa do ensino que tem conquistado seu espaço no decorrer dos anos, integrando-se ao ensino básico a partir da Constituição de 1988, até ganhando espaço de destaque através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº. 9.394/1994). Porém, ainda enfrenta diversos desafios, principalmente quando se trata do ingresso de crianças especiais em turmas regulares.

Por ser uma etapa importante para o desenvolvimento global da criança, costuma ser na educação infantil a identificação de algumas necessidades que poderão vir a comprometer o processo de aprendizagem do estudante, sendo a criança "normal" ou que apresente alguma necessidade especial.

Segundo Vygotsky (1998, p. 115). A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta mobilização, acomodação e organização da aprendizagem da criança e a conduz ao desenvolvimento mental, afetivo e emocional por meio de um conjunto de processos que conduzem ao desenvolvimento, e esta ação só se dá por meio da aprendizagem.

Desse modo a obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 a 5 anos na educação infantil por meio da alteração feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, as redes de ensino têm recebido grande demanda de alunos, entre eles os que apresentam alguma necessidade especial, e que em boa parte das vezes não encontram na instituição um local inclusivo que ofereça uma educação de qualidade com respeitando e atenção as diferenças.

Dentre os principais fatores que dificultam o acesso a inclusão de qualidade podemos citar as escolas sem estrutura física adequada e acessível, a falta de professores, a dificuldade em obter um diagnóstico adequado, seja por falta de observações por parte da escola ou a recusa dos pais em aceitarem os sinais que indicam alguma deficiência, ou ainda, problemas relacionados a capacitação de professores e demais profissionais da educação.

É notório que alguns destes desafios só podem ser superados a depender da aplicação de políticas públicas para sua devida implementação, como as questões relacionadas a acessibilidade.

É importante considerar que a gestão da escola tem um papel importante para que essa inclusão se efetive, para Hines (2008) a atuação da direção é fundamental para o acesso as transformações positivas de uma unidade escolar na perspetiva da inclusão.

Por maio das ações do diretor é que serão articuladas as estratégias para melhorar o trabalho de profissionais da educação, tendo em vista a questão da formação, tão citada como ausente pelos educadores, desfasagem esta que se tornou um impasse tanto no processo de inclusão, quanto na articulação com pais e toda comunidade escolar para conscientizar a cerca da questão que envolvem o processo de inclusão.

Refletindo sobre essas questões e desafios, concluímos que é no dia a dia da sala de aula que identificamos como esse processo de inclusão está acontecendo.

A INCLUSÃO POR MEIO DAS PRÁTICAS OEDAGÓGICAS.

O meu olhar é nítido como um girassol. Tenho o costume de andar pelas estradas olhando para a direita e para a esquerda. E de vez em quando olhando para trás... E o que vejo a cada momento. É aquilo que nunca eu tinha visto. E eu sei dar por isso muito bem... (O Guardador de Rebanhos. In Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa)

Ao ler o trecho do poema de Fernando Pessoa, "O Guardador de Rebanhos", é possível estabelecer um paralelo pensando no cotidiano escolar, o que traz a reflexão sobre o olhar do educador sobre as crianças durante o processo de aprendizagem, levando em conta a diversidade, essa visão se faz mais do que necessária, como bem aponta Drago (2011) "é papel da educação formal proporcionar ao educando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades para superar o meio social já existente", assim, o autos fala que é papel da escola promover uma educação de qualidade que respeite a singularidade de cada estudante, visando a formação de indivíduos críticos e reflexivos.

Ao falarmos sobre a Inclusão na Educação Infantil, a temática torna-se mais complexa, pois que muitas crianças que chegam na Educação Infantil e apresentam alguma necessidade especial não possuem diagnóstico. Porém, cabe à escola promover essa inclusão, buscando estabelecer estratégias que facilitem o processo de aprendizagem, pois:

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e em deficiência possam exercer o direito á educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MONTOAN, 2007, p. 45)

Nesse sentido, é necessário que o professor esteja em constante formação, tendo em vista que cada criança tem suas características e diferentes demandas conforme suas necessidades específicas.

A formação docente específica para atendimento de crianças com necessidades especiais não ocorre por acumulação de cursos, palestras, técnicas e etc., mas sim por meio de um trabalho permeado por constante reflexão e critica sobre as práticas de construção permanente de uma identidade profissional. Nessa perspetiva nota-se a importância de promover formação específica a fim de desenvolver e subsidiar o desenvolvimento por meio da experiência e prática, tendo em vista a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus valores.

É ambiente escolar, e por meio das práticas pedagógicas, a partir de experiências significativas que direcionam a criança ao desenvolvimento de suas habilidades, que vão surgindo as estratégias de ensino vão alcançando o cognitivo dessa criança promovendo a aprendizagem significativa, seja essa criança "normal" ou que tenha necessidades especiais.

Para que ambos os públicos quanto na Educação Infantil, possam construir seus conhecimentos, é indispensável que o professor observe que estratégia pedagógica mais se aplica a ela, adaptando-se a sua necessidade, pois, de acordo com Viana (2002, p. 56), "a criança ao contrário do que era considerado no passado, mostra-se como um ser que pensa, tem sentimentos e emoções sendo, portanto, um ser participante ativo do mundo". assim, a escola, em parceria com a comunidade escolar precisam oferecer estímulos para a criança durante todo o processo de aprendizagem, respeitando sempre as diferenças e peculiaridades próprias de cada criança.

Aprendemos a pensar com o outro... aprendemos a ler construindo hipóteses na interação com o outro. Aprendemos a escrever organizando nossas hipóteses no confronto com as hipóteses do outro... A ação, interação e troca, movem o processo de aprendizagem. (Freire, 1997, p. 7)

Portanto, o professor precisa buscar através de embasamento literário e científico, em conjunto com suas práticas pedagógicas, formas de promover a inclusão, entendendo sempre que, é através das incertezas, erros e acertos que é possível promover uma educação inclusiva de verdade, além disso é preciso ter em mente que a formação e aprendizado é um especto constate na vida de um educador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se por tanto que apesar dos avanços legislativos em relação a inclusão na Educação Infantil, ainda há um longo caminho cheio de obstáculos a ser superados.

A falta de materiais adequados, a estrutura para acessibilidade, a ausência de professores com formação específica, são desafios apenas alguns desses constantes desafios.

Tendo em vista que a escola é um espaço de formação democrático, é importante que a luta pelos direitos das crianças com necessidades especiais seja no cotidiano escolar que as estratégias vão surgindo. Mas para isso, precisamos desconstruir também algumas ideias, como afirma Ferreira e Guimarães (2003, p. 27):

Os efeitos causados pela visão equivocada sobre pessoas com deficiência levam ao desconhecimento de suas potencialidades, o que acaba por continuar reforçando a crença sobre sua suposta incapacidade. Esse quadro só poderá ser alterado á partir do momento em que a condição de deficiência modificar-se, tomando em consideração também as potencialidades, e não apenas os defeitos e as limitações das pessoas.

A partir dessas constatações, deve-se procurar encarar os desafios, sempre com a intenção de buscar buscando melhorar aprimorar o processo de inclusão, implementando, por meio das práticas pedagógicas viven-

cias significativas que podem, mesmo que a passos curtos, promover o avanço da inclusão nas salas regulares de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988a. BRASIL. MEC. Declaração de Salamanca. Brasília, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

DRAGO, R. Uma fresta na janela: A educação inclusiva. In: Inclusão na educação infantil. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2011.

FREIRE, M. et al. Grupo, indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento. São Paulo: Espaço pedagógico, 1997.

HINE, J. T. Making collaboration work in inclusive. hing school clasrooms: recommendations for principals. Intervention in scholl and clinic, v. 43, n. 5, p. 277- 282, 2008.

KASSAR, M. de C. M. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.- set. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. Ministério da Educação, novembro de 2007. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

MANTOAN, M. T. E. A Educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Disponível em: <http://www.lerparaver/bancodeescola>. Acesso em: 10 mai. 2023.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. O diagnóstico de Necessidades Educativas Especiais (NEE). Disponível em:

<http://neeiscia.blogspot.com.br/2007/08/o-diagnstico-de-necessidades-educativas.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PESSOA. F. "O Guardador de Rebanhos". In: Poemas de Alberto Caeiro. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor). Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993).

VIANA, J. M. Educação e cidadania começam na infância. IN: SOUSA, R. C. de.; BORGES, M. F. S. T. (orgs.). A práxis na formação de educadores infantis. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Vygotsky, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEF, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Trad.: Maria da Penha Villa lobos. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 1998. (Trabalho originalmente publicado em 1933).